



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ANTECIPAÇÕES DA PÁTRIA EDUCADORA: UM ESTUDO DE CASO EM UM COLÉGIO ESTADUAL FLUMINENSE

Angela Rabello Maciel de Barros Tamberlini

Universidade Federal Fluminense – angmlini@gmail.com

Resumo:

Esta pesquisa investigou as mudanças mais significativas implementadas na rede estadual fluminense nos últimos dois anos, a partir da introdução da Gestão Integrada da Escola, GIDE, e as principais medidas que caracterizaram o planejamento estratégico da SEEDUC-RJ, acompanhadas por meio de pesquisa empírica efetuada em um colégio estadual fluminense, no município de Niterói, com foco no ensino médio, última etapa da educação básica. Objetivamos verificar as medidas implementadas, seus impactos na qualidade do ensino oferecido, que papel cabe ao corpo docente do colégio nesta relação com a SEEDUC, buscando analisar se a gestão democrática da escola e as oportunidades de inserção autônoma dos educandos na sociedade vêm sendo garantidas. A metodologia adotada consistiu na realização de entrevistas com a coordenadora pedagógica e alguns professores, aplicação de questionários com perguntas abertas, tanto para os alunos, como para os professores, com análise qualitativa dos dados coletados, acrescida da análise da legislação da SEEDUC-RJ, cotejada com as principais leis educacionais federais e pesquisa bibliográfica. Durante a pesquisa, realizada por um período de quase dois anos, pudemos verificar que as modificações introduzidas pela Secretaria de Educação tiveram como eixo a introdução, no sistema educacional fluminense, de políticas gerenciais, com foco em resultados, visando atender às demandas de mercado, restringindo a autonomia dos docentes, impondo um “currículo mínimo” inadequado e um controle excessivo nas escolas, inclusive de condutas. A pesquisa nos possibilitou identificar procedimentos análogos aos propostos no documento do governo federal, “Pátria Educadora”, antecipando a sua aplicação no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Política educacional fluminense, gestão integrada da escola, gestão e avaliação na SEEDUC-RJ.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Introdução:

Esta pesquisa investigou as principais alterações efetuadas na rede pública do Estado do Rio de Janeiro, implementadas nos últimos dois anos, de acordo com o “Planejamento Estratégico da SEEDUC”, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, na gestão de Wilson Risolia, que tem na Gestão Integrada da Escola, GIDE, uma de suas principais medidas. O referido planejamento, exposto no site da SEEDUC por meio de “cartilhas”, tem como pilares, além da GIDE, um sistema de bonificação e remuneração de acordo com metas de desempenho, um plano de metas, avaliações e acompanhamento de resultados, a implementação do currículo mínimo por disciplina e as provas de certificação de professores.

Para acompanhar a introdução destas mudanças e seus impactos, realizamos pesquisa empírica em um colégio estadual fluminense, no município de Niterói, com foco no ensino médio, última etapa da educação básica. O ensino médio tem uma importância fundamental, pois, no atual contexto em que vivemos, com intensas transformações em um mundo marcado pela economia globalizada, inovações tecnológicas, mudanças culturais e nova morfologia do trabalho, esta é a etapa que sofre mais fortemente o impacto das novas configurações do cenário global. É no ensino médio que a relação entre educação e trabalho vai se delinear de forma mais explícita e as questões atinentes aos valores, à função formativa e ao tipo de ser humano que almejamos formar, surgem de modo mais agudo.

Esta etapa, historicamente no Brasil, sempre foi marcada pela dualidade estrutural, pela diferenciação da oferta segundo a classe social do alunado, inerente às contradições e tensões do sistema capitalista. Um número considerável de jovens na faixa etária correspondente à do ensino médio encontra-se fora da escola, ou tem acesso a uma formação que reforça a exclusão e a desigualdade social. Ao mesmo tempo em que nossa legislação prevê que esta etapa se torne obrigatória, passando a constituir direito público subjetivo até 2016, ainda nos deparamos com a tentativa de criar uma identidade para o ensino médio, que tem por objetivo, de acordo com a Lei nº9.394/96, LDB atual, permitir o aprofundamento nos estudos e preparar para o ensino superior, possibilitar o exercício da cidadania, a conduta



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

autônoma e ética e a consciência crítica, bem como qualificar para o trabalho permitindo a compreensão dos fundamentos da produção moderna.

Vale lembrar que, como destaca Costa, “a formação que prevalece no ensino médio regular é de educação geral ou não profissionalizante, realizada e oferecida majoritariamente em escolas públicas estaduais” (2013, p.190) que atendem 85,9% do alunado desta etapa. A reduzida oferta do ensino médio integrado, de melhor qualidade, que articula formação geral com a profissional, é responsável por apenas 2,5% das matrículas, o que acaba reforçando a exclusão social e educacional dos jovens de baixa renda que necessitam trabalhar.

Segundo Costa, “as taxas de reprovação e abandono das escolas estaduais em 2010 somadas atingiram 25,1% e apontam que a cada quatro alunos matriculados, um é retido. As referidas taxas de rendimento se articulam a elevadas taxas de distorção série-idade” (2013, p.191). No Estado do Rio de Janeiro esta situação também está presente.

A dissociação entre escola e vida talvez explique os índices acima citados, pois quando “não existe unidade entre escola e vida , por isso, não existe unidade entre instrução e educação” (GRAMSCI, 1985, p. 121). A articulação entre formação geral e profissional é um imperativo para educar a maioria dos nossos jovens na perspectiva de uma formação integral, humana, que garanta, de fato, a universalização do acesso à educação como um direito social, rompendo com os altos índices de evasão e reprovação acima referidos, que perpetuam a exclusão e a subalternidade de grande parte da população. Assim sendo, nos propusemos a acompanhar e avaliar as mudanças introduzidas na rede estadual do Rio de Janeiro, por meio de pesquisa empírica em um colégio público, com o objetivo de compreender qual é concepção de educação subjacente a estas transformações, que tipo de inserção na sociedade garantem ao alunado, que condições de trabalho oferecem aos docentes, e se garantem qualidade do ensino, formação emancipadora e gestão democrática da escola.

Metodologia

Para a realização da pesquisa empírica que efetuamos em um colégio situado em Niterói, visando acompanhar as mudanças impetradas nas escolas fluminenses pela SEEDUC nos últimos dois anos, a metodologia utilizada consistiu na realização de entrevistas com a coordenadora pedagógica e alguns professores, aplicação de questionários com perguntas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

abertas, tanto para os alunos, como para os professores, com análise qualitativa dos dados coletados, acrescida da análise da legislação mais recente da SEEDUC-RJ, cotejada com as principais leis educacionais federais em vigor e interpretação dos dados coletados à luz da pesquisa bibliográfica sobre o tema. Os questionários para os alunos foram aplicados em dois momentos: no final de 2013 e no início de 2015, objetivando acompanhar se houve alteração na percepção acerca da escola, de seu funcionamento e do ensino ofertado, após mais de um ano da vigência das mudanças. As entrevistas com professores e com a coordenadora pedagógica também ocorreram ao longo do período mencionado, com o intuito de comparar dados coletados ao longo do tempo. A análise da legislação estadual mais recente foi cotejada com leis e documentos federais em vigor, com maior foco no documento “Pátria Educadora” (BRASIL, 2015), que traduz e divulga as concepções e projetos atuais do 2º mandato do governo Dilma.

Aprender com as orientações empresariais ou com os educadores?

A escola pesquisada, situa-se em um bairro na área nobre de Niterói, com amplo terreno, cercada de área verde: oferece o ensino fundamental 2, do 5º ao 9º ano, no período da tarde, ensino médio no período da manhã e EJA à noite. Não há aulas para o ensino médio no período noturno. A escola, fundada em 1924, é dotada de biblioteca, sala multimídia, um laboratório de ciências pouco utilizado e pouco equipado, tem uma grande quadra coberta, campinho de futebol, sala de vídeo, um laboratório de informática, refeitório e alguns equipamentos eletrônicos: hoje conta com um total de 1.160 alunos, dos quais 430 cursam o ensino médio. Todos devem assinar um Termo de Compromisso, tomando ciência das normas de conduta da escola, de seus direitos e deveres. O mesmo procedimento deve ser adotado pelos 93 professores lotados na unidade, dos quais, 27 atuam no ensino médio, incluindo a coordenadora de turno e a professora articuladora: todos os que lecionam no ensino médio tem nível superior, alguns com mestrado ou especialização.

O perfil do alunado em 2013 era constituído basicamente por uma clientela de baixa renda, oriunda de comunidades do entorno, do município de São Gonçalo e várias outras localidades. Em 2015 houve alguma alteração neste perfil, pois devido à crise econômica, alunos de classe média, provenientes de escolas privadas, foram matriculados na instituição.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Ao iniciar a minha pesquisa, em meados do 2º semestre de 2013, embora o Planejamento Estratégico da SEEDUC-RJ tenha se delineado em 2011, de fato, nesta unidade se iniciavam as mudanças impostas pela secretaria, cujo carro-chefe é a Gestão Integrada da Escola, a GIDE. Há ainda um sistema de bonificação por resultados, editado em uma cartilha colorida, com o passo a passo de todos os cálculos, explicando todo o processo que consiste em fazer uma média do IDERJ, versão estadual do IDEB, visando fornecer um diagnóstico da escola, em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez), com base em dois critérios, o Indicador de Desempenho no SAERJ – ID e o Indicador de Fluxo – IF – “uma medida sintética da promoção dos alunos em cada nível de ensino, de 0 a 10,0, que leva em conta a taxa de aprovação dos alunos nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para cada escola, coletados pelo Censo Escolar do ano em questão” (Bonificação por resultados, p.7, Planejamento Estratégico da SEEDUC, 2011). O SAERJ avalia o desempenho dos alunos da rede pública estadual nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, das turmas do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental, da 3ª série do Ensino Médio, das fases equivalentes da Educação de Jovens e Adultos, do 4º ano do Ensino Normal e dos concluintes do Programa Autonomia. Este último, lançado em 2009, é um programa de aceleração de estudos, parceria entre a SEEDUC-RJ e a Fundação Roberto Marinho, que visa reduzir a distorção idade-série. Elabora teleaulas e catálogos que as relacionam com “as habilidades do Currículo Mínimo”.

Cabe assinalar que a SEEDUC se caracteriza pelo estabelecimento constante das Parcerias Público-Privadas, a exemplo do Programa Dupla Escola, voltado para formação profissional, em parceria com várias empresas, como o Grupo Pão de Açúcar, Oi Futuro e muitos outros, institucionalizando a atuação do setor privado na esfera pública, ameaçando o próprio caráter público da educação brasileira. Estas políticas privatizantes, adotadas nacionalmente e com muita intensidade no Rio de Janeiro, desvalorizam a escola pública não só do ponto de vista econômico, mas também simbólico, desmerecendo a profissão docente, à medida que introduzem a lógica de “um conjunto de propostas que resultam numa nova organicidade da educação pública, claramente subordinada aos interesses de um setor da burguesia de nosso país” (KRAWCZYK, 2014, p.22).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Assim sendo, prevalece o economicismo nas políticas da SEEDUC, introduzindo o bônus para todo o conjunto de servidores efetivos do quadro, de diretores, orientadores e professores às Equipes de Acompanhamento e Avaliação da Inspeção Escolar e quadros da Administração. O recebimento dos bônus estaria sujeito não só ao cumprimento das metas, mas também de uma série de tarefas impostas pela secretaria, sem nenhuma discussão com os professores responsáveis por seu cumprimento. O docente, sem autonomia, torna-se um mero executor de tarefas, cumpridor de metas, devendo implementar o “currículo mínimo” criado para cada disciplina, deparando-se com a supressão da dimensão intelectual de seu trabalho, central para a sua realização. O processo de ensino e aprendizagem é secundarizado em detrimento dos resultados.

A GIDE é um sistema de gestão que contempla os aspectos estratégicos, políticos e gerenciais inerentes à área educacional com foco em resultados. Tem como objetivo melhorar significativamente os indicadores da educação, tendo como referência as metas do IDEB estabelecidas pelo Ministério da Educação (Gestão Integrada da Escola, GIDE, Planejamento Estratégico da SEEDUC, 2011).

Para uma “análise consistente” sobre resultados e meios que nele influem, ainda há o Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social para medir o desempenho da escola avaliando o cumprimento de sua missão que consiste, basicamente, em melhorar os índices de rendimento. Estranho conceito de cidadania!

A representante da SEEDUC visita semanalmente a escola, sempre para cobrar o cumprimento de metas e, embora com a melhora de alguns índices, segundo a coordenadora pedagógica, até o presente momento ainda não foi possível receber os bônus. A ênfase na avaliação por desempenho, visando atingir metas, desconsidera questões pedagógicas e não leva em conta as condições sociais e culturais do alunado: mesmo a relativa melhora de alguns índices deve ser considerada dentro de sua complexidade, avaliando também a mudança no perfil do alunado, mesmo que esta variável isolada não explique o trabalho pedagógico e seus possíveis avanços, porém, o que não é um bom caminho é o processo de responsabilização do professor presente nas políticas atuais.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O colégio pesquisado havia atravessado momentos difíceis, com muitas mudanças de diretoras em um período curto, mas em 2013 com a introdução das novas medidas, a diretora e a coordenadora pedagógica foram nomeadas pela SEEDUC e vieram de outros estabelecimentos, sem ter nenhuma relação com a unidade para a qual foram designadas. Nos documentos da SEEDUC, enfatiza-se a importância do diretor e sua liderança para o funcionamento da escola.

A figura do Diretor de Escola, do Gestor, assume enorme importância, pois será dele a missão de liderar a equipe ao longo da trajetória a percorrer até alcançar o fim almejado. O diretor precisa reunir as competências teóricas, técnicas e **socioemocionais** (grifo nosso) adequadas para motivar e conduzir o processo em sua unidade (...) é o articulador da gestão democrática. (Formação de Professores do Ensino Médio, Planejamento Estratégico da SEEDUC, 2011).

Esta escolha arbitrária por parte da Secretaria de Educação tem ocorrido nos colégios estaduais fluminenses de modo geral e nada tem de democrática. A coordenadora pedagógica, de início, enfrentou muita resistência, mas é dedicada e cordata e, com o tempo, passou a ter um entrosamento um pouco melhor com os professores que, mesmo assim, não atenderam ao seu apelo para participar da construção do projeto político pedagógico da escola. A diretora, com dificuldade de relacionamento com alunos e professores, alvo de denúncia por assédio moral, desrespeita frequentemente os docentes, dirigindo-se a eles aos gritos na presença dos alunos, com os quais também eleva a voz na maioria das vezes. Ao conduzir a reunião de um dos Conselhos de Classe a que tive acesso, a iniciou pedindo que todos rezassem um Pai Nosso, pedido este que foi atendido sem objeções, em flagrante desrespeito à liberdade de culto, à diversidade religiosa e ao Estado Laico, revelando uma insensibilidade ímpar.

Nas entrevistas realizadas com professores, as opiniões acerca da GIDE e sua possível relação com uma gestão democrática, não foram favoráveis, como revela a professora 1:

Não acredito que a GIDE contribua efetivamente e garanta uma gestão democrática na escola. Primeiro, porque de democrática não tem nada. Segundo, porque a representante da GIDE em nossa escola, só vem para falar de índice, metas que foram alcançadas ou não, números, apenas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

números, nunca sobre o trabalho pedagógico, ou uma gestão que priorize a educação.

Também é crítica a visão do professor 2:

Acredito que, quando levada com seriedade, a gestão democrática é válida. Porém, o que vejo é uma imposição de normas, regras, que não são discutidas com quem, de fato, está na linha de frente: o professor. Canso de ver, nas reuniões, que a culpa cai para o professor, sempre, Para que GIDE, se não temos voz?

Ou ainda, também com visão crítica, se manifesta a professora 3: “Considero a GIDE distante da realidade social. Gestão democrática pressupõe eleições para dirigentes”. A política intervencionista da SEEDUC criou um clima de insatisfação na escola.

No que se refere ao “currículo mínimo”, observa um dos professores: “o principal problema é ele não ser flexível, não podendo ser adequado às realidades de cada escola”. Outra questão apontada por uma professora: “como tudo que é feito de cima para baixo: um fiasco! O currículo mínimo não é compatível nem com os livros didáticos distribuídos”. Esta opinião se reproduz na visão de outra docente:

Considero o currículo mínimo o maior fracasso da política de educação deste governo: foi feito com base no Saerjinho, avaliação bimestral feita pela SEEDUC, nem considera o ENEM. Para piorar, não segue o currículo dos livros didáticos, pois as matérias de uma série específica, são encontradas nos livros das outras séries e não naquela para a qual ele se volta.

Muitas outras críticas foram feitas como a da professora que diz: “é muito extenso para o pouco tempo que tenho para implementá-lo”.

No que se refere às condições de trabalho, há quase unanimidade nas avaliações: há falta de autonomia, acúmulo de funções, falta de apoio pedagógico, salários baixos, instabilidade por causa da política de otimizações, ausência de democracia na escola, a desvalorização do professor e muitas cobranças da SEEDUC, sem contrapartida.

Dentre as mudanças introduzidas, a que mais gerou revolta foi a edição do Decreto nº44.187/13, que institui o programa de certificação dos servidores da carreira do magistério da SEEDUC-RJ. Ao invés de investir em formação continuada ou liberar os professores para



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que pudessem cursar uma especialização, mestrado ou outro curso de aperfeiçoamento, fica instituída uma certificação que pode ser concedida em três níveis, em ordem ascendente, válida por cinco anos em cada nível e que condiciona o salário do docente à aprovação nas avaliações de conhecimento correspondentes a cada um dos níveis, impondo uma série de condições para que os professores possam participar destas provas, ignorando que no setor público eles ingressam por concurso e, portanto, já foram avaliados.

Os alunos entrevistados, tanto no período inicial da pesquisa, quanto no período mais recente, destacam que gostam da maioria dos professores, muitos consideram bom o ensino que lhes é oferecido, mas se queixam da falta de professores de algumas disciplinas e de professores que não comparecem às aulas e se queixam da disciplina rígida imposta pela direção. Gostam de alguns aspectos da escola, do refeitório, da comida, da quadra de esportes, mas se queixam de problemas de infraestrutura e muitos sentem falta de atividades extracurriculares. A maioria pretende trabalhar e fazer curso profissionalizante ou superior, necessitando de formação complementar. As respostas aos questionários aplicados revelam problemas na redação. Mesmo com o esforço da coordenadora pedagógica que busca realizar algumas atividades e reduzir os índices de reprovação, evasão e repetência, a insatisfação da maioria dos docentes com a SEEDUC-RJ é muito significativa.

Conclusões:

A política adotada na rede estadual fluminense, de cunho economicista, se compromete com as necessidades do mercado e seus ideais de empregabilidade e empreendedorismo, presentes no atual Plano Nacional de Educação sob a égide do movimento “Todos pela Educação”. Esta mesma lógica mercantilista, de valorização da experiência empresarial que vêm ganhando força nas últimas décadas, transpõe as formas de gestão do setor privado para a educação pública, “contrapondo-se à lógica universitária de produção do conhecimento” (KRAWCZYK, 2014, p.21), deixando a cargo de fundações empresariais e ONGs a elaboração das políticas educacionais.

O documento “Pátria Educadora”, proposta do 2º mandado do governo Dilma para a educação, elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e não pelo MEC, é fruto das formulações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, do



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Instituto Ayrton Senna e, curiosamente, da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, único órgão público que participa da construção das propostas, escritas por Mangabeira Unger, que não atua na área de educação e não tem trajetória construída como homem público a serviço do Brasil. Unger crê que temos “muito a aprender com as orientações empresariais” e usa indevidamente o nome de Anísio Teixeira, desfigurando o seu pensamento, marcado sobretudo pela intransigente defesa da educação pública.

Ao pesquisar as medidas implementadas pela SEEDUC-RJ nos últimos dois anos, evidenciou-se a antecipação das concepções e práticas presentes na “Pátria Educadora”. O próprio título já deixa antever o gosto pelos motes de regime autoritário, semelhante ao “pátria de chuteiras” e outros usados pelos militares, além de preconizar impor disciplina e controle de conduta para alunos pobres. Importa-nos defender uma nação democrática que fortaleça “as posições políticas comprometidas com a construção objetiva, e não apenas formal, dos direitos daqueles que vivem do trabalho” (KUENZER, 2010, p.853), investindo no ensino médio público que é o que atende aos interesses das classes populares que almejam e necessitam trabalhar e para tanto é preciso garantir não só “a universalização do acesso; (mas) a garantia da permanência e do sucesso mediante políticas de assistência ao estudante; a construção da qualidade social, para o que concorrem a concepção pedagógica, a organização curricular, os padrões mínimos e a formação de professores” (idem, p.854).

O documento do governo federal propõe Centros de Formação de Diretores, prevendo que “poderão, quando necessário, afastar e substituir diretores de escola” (Pátria Educadora, 2015, p. 22), tal como já acontece no Estado do Rio de Janeiro, contrariando a gestão democrática prevista em lei para as escolas públicas, ferindo a autonomia dos docentes.

Desvalorizando os cursos de licenciaturas das universidades públicas, o documento ainda propõe os Centros de Qualificação Avançada para professores que “ministrarão cursos intensivos para suplementar a formação nos cursos de licenciatura, desenvolver as práticas e os protocolos exigidos pelo Currículo Nacional e discutir as experiências e as inovações do professorado” (Pátria Educadora, 2015, p.27).

A formação oferecida nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas das universidades públicas, que formam tanto diretores, quanto professores, em programas de reconhecida



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

qualidade, tem concepção diversa à do documento que advoga um empobrecimento dos currículos, também impostos de cima para baixo, valorizando as disciplinas de português e matemática em detrimento das demais. Este estreitamento curricular, defendido pelos reformadores empresariais da educação, tem consequências para a formação da juventude, como assinala Freitas: “a escola cada vez mais se preocupa com a cognição, o conhecimento, e esquece outras dimensões da matriz formativa, como a criatividade, as artes, a afetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura”(2012, p.389).

Dentre outras imposições ainda há a pretensão de estabelecer “a Prova Nacional Docente para certificar os professores depois da licenciatura” (Pátria Educadora, 2015, p.28), envolvendo parte teórica e prática, esta voltada para “demonstração de uso dos protocolos e das práticas reconhecidas de ensino em aulas-demonstração” (idem, ibidem). O docente, abdicando de sua função social e da dimensão intelectual de seu trabalho, será adestrado para “demonstrar protocolos” e seu salário também dependerá de avaliações e bônus, como a lei que prevê a certificação dos professores do Rio de Janeiro, até agora, felizmente, não implementada por falta de verbas e de pessoal para executá-la.

Políticas de cunho empresarial, meritocráticas e excludentes não trazem senão insatisfação para os professores que já sofrem com baixos salários, desvalorização profissional e más condições de trabalho. A formação mais adequada para a maioria de nossos alunos, oriundos das classes populares, é a oferecida pelo ensino médio integrado, que articula formação geral e profissional, com melhores salários para os docentes e ministrando formação humana integral para nossos jovens. É a que mais se aproxima da “escola única, intelectual e manual, (que) tem ainda esta vantagem: a de colocar o menino em contato, ao mesmo tempo, com a história humana e com a história das coisas, sob o controle do professor” (GRAMSCI, 1985, p.130), unindo escola e vida, dando um sentido à primeira e atendendo às necessidades dos filhos dos trabalhadores, valorizando a escola pública e os educadores.

Referências:

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 16/04/2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

_____. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://avaliacaoeducacional.com/2015/04/23/patria-educadora-i/> Acesso em 02/05/2015.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.94, n.236, p.185-210, jan./abr.2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.33, n.119, p.379-404, abr.-jun.2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo. Círculo do Livro, 1985.

KRAWCZYK, Nora. Conhecimento crítico e política educacional: um diálogo difícil, mas necessário. In: _____ (org.). *Sociologia do Ensino Médio*. São Paulo: Cortez, 2014.

KUENZER, Acácia. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? *Educação & Sociedade*, Campinas, v.31, n.112, p.851-873, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Educação. *Planejamento Estratégico da SEEDUC*. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo>, 2011. Acesso em 16/04/2015.

_____. *Decreto nº44.187*, de 07 de maio de 2013. Institui o Programa de certificação de servidores da carreira do magistério da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e dá outras providências. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 2013.